

UNIVERSIDADE BRASIL
CURSO DE PEDAGOGIA

RICARDA SAMARA FRANÇA FRANCO

RUTE SANTANA SOUSA

O estágio na formação do professor: contribuição do estudo de caso como processo formativo para o estágio de acompanhamento à criança com deficiência.

SÃO PAULO – SP
2017

O estágio na formação do professor: contribuição do estudo de caso como processo formativo para o estágio de acompanhamento à criança com deficiência.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado à Universidade Brasil, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Pedagogia.

Ricarda Samara França Franco¹

Rute Santana Sousa²

Orientadora: Prof.^a Mestra Floripes Núbia Oliveira Lima

São Paulo, 2017

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Brasil- samarafranco@gmail.com

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Brasil-rutesousa@live.com

Resumo

Esse trabalho tem por objetivo refletir o estágio como elemento formativo para o professor. Focaliza o estágio específico para o acompanhamento à criança deficiente que fortalece a prática e formação do docente entendendo a educação inclusiva. O ambiente escolar é o lugar mais expressivo para que ocorra essa formação docente, onde o estagiário aprende a ensinar na prática. Durante estágio pudemos observar as fragilidades e a complexidade das questões relacionadas à inclusão da criança com deficiência, em relação às práticas pedagógicas, e o desafio em trabalhar uma rotina escolar adequada a essa criança. Uma das práticas que possibilita enfrentar esse desafio é a utilização do estudo de caso porque amplia os conhecimentos sobre as necessidades da criança com deficiência e criam-se mecanismos de intervenção, para atendê-las. Nosso estudo propiciou a reflexão sobre a educação inclusiva como um modelo educacional, permitindo-nos pensar as práticas inclusivas como construção de novos saberes a partir dos desafios encontrados no ambiente escolar. A educação inclusiva como um processo em construção, lança um olhar sobre as diferenças, utilizando o estagiário pedagogo como um dos colaboradores dessa construção, estabelece uma relação entre o professor regente da sala e faz-se conhecer a realidade escolar aproximando a teoria e a prática.

Palavras-chaves: Estágio, Formação, Inclusão, Estudo de caso

Introdução

Na formação docente o estágio é um momento importante para construção da identidade, pois possibilita momentos de muita aprendizagem. A inserção no ambiente escolar, trás desafios a serem enfrentados na futura profissão, e é na escola que percebemos a importância de aliar os conhecimentos teóricos que recebemos na universidade á prática que vivenciamos na escola. “Ensinar supõe aprender a ensinar, ou seja, aprender a dominar progressivamente os saberes necessários á realização do trabalho docente.” (TARDIF, 2002, p.27).

Os saberes professorais, segundo Tardif (2002) são aprendidos na escola, vivenciando as mais diferentes situações, sendo importante ao professor (a) em formação, que seja aliado à sua teoria, práticas que atribuam significados para sua formação. Durante o estágio, o estudante vai constituir a sua identidade como docente, a partir da interação com os alunos e participando da dinâmica dos conflitos, torna-se também um lugar de resistências políticas e ideológicas. O ambiente escolar é o lugar mais expressivo para a formação docente, onde o aluno aprender a ensinar tornando-se professor (a).

Durante o estágio que realizamos pelo CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) com parceria do CEFAl (Formação e Acompanhamento á Inclusão) programa da Prefeitura do Município de São Paulo, na diretoria Regional de Educação Itaquera (DRE- ITAQUERA), pudemos vivenciar experiências do cotidiano escolar com crianças com deficiência.

Para que a criança com deficiência se sinta parte do ambiente escolar onde está sendo inserida é necessário que toda a equipe escolar esteja construindo uma educação inclusiva, onde verdadeiramente se sintam acolhidos e parte de contexto. Para Vygotsky (1998) nós desenvolvemos a partir das interações sociais, que aprendemos com o outro, sendo a escola o local que propicia aos alunos com deficiência oportunidades de desenvolver suas habilidades e prepará-los para viver em sociedade, através da convivência com as outras crianças e a equipe escolar.

No estágio pudemos observar as fragilidades e a complexidade das questões relacionadas à inclusão, em relação às práticas pedagógicas, e o desafio em trabalhar

com as crianças deficientes na rotina escolar. Diante desse quadro começamos a fazer alguns questionamentos: qual a importância do estágio na formação do professor? Com o desafio da inclusão do deficiente na escola, qual o papel do estagiário pedagogo para inclusão e como estabelecer a relação entre estagiário e professor regente da sala? Como processos formativos oferecidos para os estagiários e o uso de estratégias, como estudos de casos, contribuem para vivência prática no estágio?

Este estudo tem o objetivo de compreender o que consolida o estágio como elemento importante na formação do professor. Buscar entender em que medida o estágio específico e qualificado para a inclusão do deficiente se estabelece na relação como o professor regente da sala e perceber por meio de um estudo de caso, como processo formativo específico para a inclusão de deficientes, contribuem para fortalecer a prática no estágio.

Por meio de pesquisa bibliográfica em que dialogaremos com autores Selma Garrido, Maurice Tardif e Maria Tereza Engler Mantoan tentaremos iluminar nossas reflexões sobre como o estudo de caso se constitui num valioso instrumento formativo para os estagiários. Esse artigo traz um histórico do estágio na formação docente, no primeiro momento, para no segundo momento discorrer sobre a inclusão do deficiente no contexto escolar e o surgimento do estágio específico para o atendimento ao deficiente e, por fim apontar como o estudo de caso é um importante instrumento para subsidiar a formação do estagiário para a inclusão escolar.

1. Histórico do estágio na formação docente

Para entendermos a importância do estágio, discutiremos alguns pontos a respeito das transformações que ocorreram na modalidade de ensino nos cursos de pedagogia. Assim faz-se necessária uma contextualização do processo histórico do estágio na formação docente e a importância de realizá-lo para a construção da identidade docente.

É no estágio que encontramos a oportunidade para vivenciarmos os conhecimentos práticos do ambiente escolar, observando outros profissionais na realização

de suas práticas docentes e as dinâmicas em sala de aula. Podemos dizer que esta concepção está presente desde o início dos cursos de formação para professores no Brasil.

Na década de 1930 cada estado brasileiro mantinha as suas próprias leis sobre a forma que ocorreria o estágio durante a formação dos professores. Com o crescimento das mulheres nos cursos de magistério, sendo essas mulheres das classes mais favorecidas, Pimenta salienta,

a finalidade do curso era preparar as mulheres para desempenharem seus papéis de mães e esposas de família, paralelamente as formavam para o ensino do magistério, e as que eram solteiras e não se casavam o papel de mãe, isso ocorrera pelas transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais passam o país. (PIMENTA 2102 pág. 40.)

Na região Sul e em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, o curso era realizado da seguinte maneira, no secundário após o primeiro ano em 4 anos, com a possibilidade de prolongamento de mais um ano se tornando técnico profissional, ou em um curso específico realizado após o secundário com 2 anos de duração, em São Paulo tinha duração de 3 anos, para trabalhar no pré-primário e no ensino primário.

Em todos os estados brasileiros o estágio aparecia em forma de disciplinas, nas quais os futuros professores estariam realizando a prática no futuro campo de atuação. Os estados adotavam disciplinas que se aproximavam da prática profissional tais como: Didática; Didática da Educação Física; Metodologia; Metodologia Geral e Metodologia Especial; Metodologia e Prática de Ensino Primário e Pré-primário e Matérias e Práticas de Ensino Primário. Cada estado definia a maneira que seria aplicada a disciplina de prática profissional, estando amparados pela sua legislação.

Na década de 1940 ocorre uma mudança no sistema de ensino, onde todo território nacional passava a ser regida por uma única lei, chamada Lei Orgânica do Ensino Normal, de dois de janeiro de 1946 (Decreto-lei n. 8.530/46). Os estados passavam a ter um único currículo, podendo ser acrescentado disciplinas que seriam definidas por cada estado.

Para “promover à formação docente necessária às escolas primárias” (Lei Orgânica do Ensino Normal- título I, cap I, artigo I, item I, 1946) com o objetivo de formar professores rapidamente para lecionarem nas escolas primárias, realizaram a regulamentação dos mais diferentes cursos de magistério. A lei, no entanto, especifica claramente a necessidade de haver a prática, a necessidade das práticas durante essa formação, tendo disciplinas específicas para atender cada área do conhecimento docente (regente professor ou especialista). Por exemplo, a disciplina de didática que aparecia apenas no curso de regentes do ensino primário, que tinha duração de quatro anos, e era oferecido em escolas normais regionais. Essas regentes formadas lecionavam apenas até 4º ano.

Nesse período o professor primário não era considerado um profissional da área da educação, pois era tratada como uma ocupação exercida por mulheres, não que homens não pudessem exercer, porém se tornou um exercício feminino, sendo a escola a extensão de sua própria casa. Pelo contexto histórico que as mulheres estavam inseridas, o magistério era a profissão que as privilegiavam por não haver impedimentos para exercê-la, pois não dificultavam em um possível casamento.

Entre os anos 1950 e 1960, devido à crise Internacional e com a perda dos trabalhos dos maridos, muitas mulheres passaram a completar a renda familiar com o exercício do magistério. A única exigência para atuação docente era apenas a prática profissional, isto é, tendo passado por algumas disciplinas práticas do curso, pelo estágio profissional já possibilitava às alunas lecionarem no ensino primário. Isso ocorreu devido à política expansionista da educação e o desenvolvimento econômico e político da sociedade da época.

De acordo com a Lei nº 5.692/71 modificações foram ocorrendo na estrutura e no conceito de Ensino Normal, a lei contraria as leis anteriores do final dos anos de 1960, quando da ampliação e configuração em especificidade na intenção de profissionalizar o exercício do magistério. Levando em consideração cada realidade, com o ensino normal, enfatiza que o professor do magistério lecionava até a sexta série e excepcionalmente; quando não havia professor com habilitação na quantidade suficiente da 6º série, lecionavam até a 8º série do ensino normal.

A habilitação do magistério os rumos se davam de tal maneira que especificamente os cursos de formar professores seriam necessário. Sendo de três anos, dentre esses três anos, dois anos de prática, porém o primeiro ano tinha como destino específico a formação geral (núcleo comum), formando o professorado primário, (PIMENTA, 2012 p, 55).

Diante do relatório feito de um grupo de trabalho que elaborou o anteprojeto anteriormente a lei, percebeu que existia uma sensibilidade na questão dos antigos cursos normais “esses formadores de professores do ensino primário, não levava em contrapartida suficiente concorrer a cultura geral e formação do professor profissionalizante”. (PIMENTA,2012 p,55.)

Diante do Parecer n. 349/72, o estágio é prático, porque a didática é considerada teoria prescrita na prática. Mantendo-se como dissociáveis enfatizamos que havia aqueles que diziam o contrário. Nos anos de 1980, a lei 5.692/71 com seu discurso tecnicista não tinha um olhar de sensibilidade ao se referir à formação de professores, as condições de trabalho, pensava no professor como mão de obra. A LDB nos anos 1970 e 1980 não gerou bons resultados para o ensino primário e para a formação do professor, causou danificações profundas, se o ensino já era precário, imagina com esse estrago causado na formação, acaba com possíveis melhoras da realidade,

sem querer nos eximir da real responsabilidade pautada na lei, a elaboração da lei ocorreu em um momento histórico, expressando-se nos interesses dos dominantes, e aplicada na direção de favorecer essa parte dominante. Pois uma lei só será efetivada pelas ações humanas. A relação do estágio contemplado no currículo fazia parte na habilitação do magistério, com incontáveis denúncias. (PIMENTA 2012 p.67).

Segundo as autoras Gatti e Rovai (1977) na realização de pesquisas no ano de 1977, os professores entrevistados, opinaram que o curso acadêmico teórico é totalmente ausente de prática. Não tem escola suficiente para atuação dos estagiários. Na existência de oportunidade, os estagiários apenas observam, não é possível participar do planejamento e executar as atividades, indo além não é possível que os professores acompanhem os estágios e ficam apenas nas trocas de ideias respeitando o que viram e observaram nas visitas feitas as escolas.

Pesquisa realizada no Rio de Janeiro no ano de 1983 constatou-se “os conhecimentos que veiculavam entre as alunas da habilitação do magistério tinham fundamentos no ideal de Escola Novista com discurso tecnicista, tendo em vista o tratamento de maneira descontextualizada, não tinha relação da realidade captada pelos estágios.” (Lelis, 1989 apud Pimenta, 2012, P. 69/70).

Pimenta (2012), afirma que na década dos anos 1990 foi um contexto marcado por expansão de vagas no ensino superior, a alteração do importante papel e significativo estágio dos jovens e organizações contratuais, mudanças na qual se referia a regulação de contratos as instituições mais preocupadas nos referentes estágios. As profissões eram marcadas pela continuidade no exercício da profissão com a utilização de técnicas para executar operações próprias. Como qualquer outra profissão, existe a necessidade desenvolver habilidades nas suas especificidades para operação de instrumentos que fazem usos próprios. O professor não fica fora dessas técnicas, enfatizando que, as habilidades por si só não são suficientes para resolver os problemas que se deparam.

No Art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1994, ressaltam que os estágios supervisionados e atividades da prática pré-profissional, que deve se exercer na realidade do trabalho. O parágrafo único destaca que a formação dos profissionais de educação precisam estar baseada em conhecimentos científicos, sociais e de competências de trabalho, bem como, a o exercício de estágios supervisionados e capacitação em serviço.

A lei N° 11.788/2008 Art.1° dispõe sobre o estágio de estudantes,

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educando que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (LEI nº11788/2008 art.1°)

Ainda a Lei 11.788/2008, trata que estágio se desenvolve no ambiente de trabalho, é um ato educativo escolar com supervisão, visando preparar no trabalho produtivo, faz parte do projeto pedagógico do curso, integrando o itinerário de formação

do educando. Visa ao aprendizado de suas próprias competências diante da atividade profissional e a contextualização do currículo. Existe o estágio obrigatório e ou não obrigatório, conforme as diretrizes curriculares e determina as etapas as modalidades e área de ensino. Assim, o estágio passa se configurar,

Como campo de conhecimento e eixo curricular central nos cursos de formação de professores possibilitando que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade, dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente. (PIMENTA E LIMA 2012, pag. 61)

Pimenta e Lima (2012) salientam a importância do estágio para a construção da identidade docente, não sendo apenas a disciplina de estágio uma questão de currículo, mais sim o local onde o estagiário vivenciará as experiências de sua futura profissão.

Podemos perceber que durante a realização do estágio obrigatório, muitas das vezes é gerado um estranhamento em relação ao professor titular da sala, tornando esse momento que deveria ser de aprendizagem, apenas a aplicação de atividades burocráticas. O processo histórico do estágio supervisionado no Brasil passou por algumas transformações ao longo dos anos na prática profissional.

O estágio é o lócus onde a identidade profissional é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejada gradativa e sistematicamente com essa finalidade. (BURRIOLA,1999, p.10 apud PIMENTA E LIMA 2012, p 62).

Essas experiências vivenciadas durante o estágio são muito enriquecedoras para a construção dessa identidade profissional, durante a realização do estágio com crianças com deficiência pelo programa CEFAL, podemos perceber a importância de relacionar a teoria a prática, visando à importância do estagiário pedagogo para auxiliar o professor na realização do trabalho com a criança com deficiência, possibilitando a efetiva inclusão escolar que está cada vez mais presente no cotidiano das escolas.

2. A inclusão do deficiente no contexto escolar e o surgimento do estágio específico para o atendimento ao deficiente

Ocorreram grandes mudanças no sistema educacional brasileiro, e muito ainda tem que acontecer, porém para que essas mudanças de fato se concretizem e algo que depende do coletivo, pais, professores, diretores, coordenador e a sociedade geral. Um desafio que não se limita apenas a sala de aula, temos que repensar nossas ações individuais e coletivas, pois afetam outras pessoas.

Para Mantoan (2015) as escolas são fundamentais para a socialização dos sujeitos, portanto a escola tem que se adaptar para receber a todos os alunos respeitando as diferenças, estando aberta para atendê-las sendo inclusiva, tendo um olhar pedagógico diferenciado para os alunos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla) com transtorno global de desenvolvimento e com altas habilidades, construindo uma cultura do respeito à diversidade, tendo o olhar para reconhecer as potencialidades e aprendizagens dentro de suas limitações.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, garante a educação a todos, com objetivo de atingir o pleno desenvolvimento humano e preparando para a cidadania e qualificação para o trabalho (no artigo 205). No artigo 1º, inciso II e III, propõe avanços significativos para educação escolar de pessoas com deficiência, que elege como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana e com um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV), garante o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prosperidade.

No capítulo III, do artigo 208 da constituição afirma que e dever do estado garantir um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) os estados, o Distrito Federal os municípios deverão elaborar seus planos de educação, ou adequar-se aos já aprovados por lei, respeitando a LDB 9394/96, para incluir a pessoa com deficiência.

As políticas públicas no Brasil referente à inclusão estão embasadas nas leis e movimentos sociais que influenciam a valorização ao direito das crianças com deficiência a frequentarem a escola regular, para que ocorra uma verdadeira inclusão,

porém não é apenas a criação de leis que possibilitará essa inclusão, é necessária a mudança do olhar em respeito às essas diferenças, ampliando a igualdade de oportunidades com o objetivo de incluir e combater a exclusão.

A declaração de Salamanca 1994 é um dos documentos internacionais que asseguram a educação inclusiva, como o objetivo de equiparar as oportunidades para a pessoa com deficiência, esse documento segue as tendências das lutas dos movimentos pelos direitos humanos. As diretrizes curriculares nacionais para educação especial de 2001 visam à organização do atendimento na rede regular de ensino, para incluir o aluno com necessidades especiais e promover o apoio pedagógico especializado.

Outros documentos também asseguram a educação inclusiva, a convenção da Guatemala de 1999, enfatiza que a pessoa com deficiência tem os mesmo direitos fundamentais para elevar a qualidade de vida, tais como: a saúde, moradia, inclusão escolar entre outros direitos. A declaração de Madri de 2002, afirma que a educação deve ser ofertada para todos, baseadas nos princípios de igualdade. Sendo o sistema educacional o local onde ocorrerá o desenvolvimento pessoal da pessoa com deficiência. A declaração de Sopporo no Japão de 2002 enfatiza que a educação inclusiva começa desde a infância, estando à criança com deficiência dentro da sala de aula socializando com outras crianças. O ECA de 1990 garante a qualquer criança o acesso e permanência na escola.

A prefeitura de São Paulo, por meio de legislação específica criou ações para atender a educação inclusiva.

Consideram-se serviços de Educação Especial àqueles prestados em conjunto, ou não, pelo Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAl, pelo Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - PAAI, pela Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - SAAI, ora criados, e pelas 6 (seis) Escolas Municipais de Educação Especial já existentes. (PMSP/SME, Decreto 45.415/04 de 2004)

Esse decreto apresenta diretrizes que asseguram a matrícula do aluno com deficiência em sala regular, respeitando a diversidade humana. Por meio do Programa Incluir projeto que surge através do decreto 51778/77 e portaria 5594/11 do município de São Paulo, cria-se uma rede de apoio para dar suporte as escolas e as famílias, com serviços especializados que acrescentam ao CEFAl o núcleo multidisciplinar, o supervisor técnico, o auxiliar de vida escolar (AVE) e o estagiário estudante de pedagogia.

A portaria 2963/13-SME situa o quadro de (AVE) Auxiliares de Vida Escolar, esse quadro é composto por estagiários do curso de pedagogia, e (AVE's) em apoio a Educação Inclusiva e especifica as funções que vai desde a recepção do aluno na escola, acompanhá-lo até a sala de aula e, ao término das atividades; conduzi-lo até o portão a escola, dentro do seu horário de trabalho; auxiliar nas atividades de higiene; executar procedimentos relacionados à necessidade específica da deficiência; acompanhar o aluno no horário do intervalo e auxiliar durante e após as refeições; assegurar a mobilidade do aluno; até manter o sigilo sobre as informações relacionadas ao aluno sob seus cuidados.

É importante destacar o artigo 4º que dispõe sobre o estágio de pedagogia, é cabível aos estagiários de pedagogia referidos no art.1º desta portaria.

I – Auxiliar o professor na preparação e realização das atividades em sala de aula;

II – Auxiliar nas rotinas da classe;

III – Dar assistência individual durante as atividades para aqueles alunos que evidenciarem maior necessidade de apoio;

I V– Auxiliar pequenos grupos de alunos em atividades de recreação, roda da leitura, roda da conversa, dentre outras;

V – Auxiliar pequenos grupos de alunos em situações mais formais de desenvolvimento de currículo, tais como: Atividade de leitura, atividade de produção de texto, cálculo, sala de leitura, sala de informática;

VI – Auxiliar pequenos grupos de alunos, planejando e organizando junto com o professor regente da classe comum, atividades específicas de determinada área de conhecimento.

Parágrafo Único - As atividades realizadas pelos estagiários devem ser orientadas e acompanhadas pelos coordenadores pedagógicos, pelo professor da classe em que estiver atuando e pela equipe do Centro de Formação e Acompanhamento a Inclusão -CEFAI. (SME-SP - PORTARIA 2963/13)

Para o estudante estagiário do CEFAI é necessário que haja uma preparação de formação na concepção de realizar trabalhos e sua organização, palestras e formação mensal, que serão adequadas no processo de desenvolver suas habilidades durante suas ações.

3. Contribuição do estudo de caso nos processos formativos para estagiários que atuam no apoio à inclusão da criança com deficiência.

Para a preparação do estagiário que atua no apoio à criança com deficiência o CEFAI procura-se organizar uma formação adequada para o bom desenvolvimento de competências e habilidades, tendo em vista a sua especificidade. Também para refletir sobre o papel do estagiário do CEFAI no ambiente escolar como um co-articulador do trabalho educativo na complexa relação entre o estagiário e o professor para o atendimento do aluno com deficiência.

O estágio do CEFAI é constituído pela atuação em sala de aula junto ao professor e a participação em uma formação, realizada uma vez por mês onde por meio de palestras e trabalhos realizados durante a formação. E, esse se torna um momento de troca onde se pode aprender através das experiências vivenciadas por outros estagiários. As palestras têm uma abordagem de temas relacionados às mais diferentes deficiências. Aprendemos que um caso é sempre diferente do outro, não existe receita pronta para trabalhar com crianças com deficiência, por exemplo, uma criança com autismo nunca

terá o mesmo comportamento que outra criança com autismo, essas experiências nos possibilita pensar a nossa contribuição enquanto apoio pedagógico ao professor titular da sala, uma ação sensibilizada para atender e entender as necessidades da criança dentro do contexto escolar. Essa formação nos faz refletir sobre como se dá esse apoio pedagógico e as práticas desenvolvidas na sala de aula.

Uma das estratégias usadas na formação foi a metodologia do estudo de caso, que nos foi apresentado como elemento para conhecer a criança em particular. Para André (2013), o estudo de caso é muito importante na pesquisa educacional porque com ele é possível focalizar um fenômeno, levando em consideração seu contexto e suas múltiplas dimensões, ao tempo que ressalta o aspecto unitário possibilita um análise situada e mais profunda, o que é o caso quando trabalhamos com a inclusão da criança com deficiência. Nesse sentido,

Destacam-se três pressupostos básicos que devem ser levados em conta ao se optar pelo uso do estudo de caso qualitativo: 1) o conhecimento está em constante processo de construção; 2) o caso envolve uma multiplicidade de dimensões; e 3) a realidade pode ser compreendida sob diversas óticas. (PERES E SANTOS 2005 apud ANDRE,2013, pag. 97)

Em nossa experiência como estagiárias do CEFAI e participantes da formação específica oferecida pela Diretoria Regional de Itaquera, apresentamos o estudo de caso que foi realizado em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) da região de Itaquera, na zona leste de São Paulo, com uma criança de 7 anos, do sexo masculino, com autismo. Para fazer a etapa exploratória do estudo de caso utilizamos escritos fornecidos pela escola, dos registros feitos por uma professora que acompanhou a criança durante o início do ano letivo na Educação Infantil “Quando contrariado a criança apresenta quadro agressivo, quer morder, tira toda a roupa expõe o órgão sexual e ameaça urinar nos amigos ou em qualquer outro lugar, joga sua mochila na parede, na porta e no vidro, da janela.” (05/03/2015). A professora ainda relata que a criança não fala e não consegue manter relações interpessoais com as outras crianças. No ano de

2016 não há relatos sobre o comportamento da criança já matriculada na EMEF, em 2017, os registros apontam a melhora gradativa do aluno, com o acompanhamento do fonoaudiólogo para auxiliá-lo na fala, podemos perceber o aumento do seu repertório socializando com as outras crianças e com a professora, estando disposto a realizar as atividades propostas. Ele estranha e fica agitado, na falta do professor regente fica agressivo.

Durante as observações surgiram alguns questionamentos, que possibilitaram construir a etapa da delimitação do foco de atuação diante às dificuldades apresentadas pelo educando, para instrumentalizar nosso estudo de caso.

Os questionamentos que surgiram foram como descobrir as potencialidades, em qual situação o educando demonstra maior interesse e envolvimento, o que causa agitações e o que tira atenção e concentração e como a criança se comunica. As potencialidades que podemos observar foram a habilidade no aluno foi a facilidade e interesse em trabalhar com colagem, manuseio do alfabeto móvel com as letras de seu conhecimento, o gosto por montar quebra cabeça; também se concentra ao assistir um filme; e outras atividades que chamam sua atenção, por exemplo, na hora da leitura de uma revista em especial do personagem “Woody”; a volta do lanche é o momento de maior agitação levando-o á perda da concentração, nesse momento a criança quer se isolar.

A criança conseguiu assimilar os conhecimentos que são transmitidos em atividades práticas, em uma atividade que lhe foi apresentada das cores ele consegue identificá-las em outros objetos apresentados; compreende as regras e combinados na sala de aula. Não gosta de ter a rotina modificada.

Ao identificar as possibilidades do educando foi possível construir um plano de ação para uma intervenção específica, adequada ás suas necessidades.

Por meio um olhar atento e todo envolvimento da equipe escolar foi possível perceber que no que se refere o cognitivo, foram feitos estímulos periodicamente auxiliando a preservação da memória, estimulando-a de maneira clara e concisa. Quanto á aprendizagem, ela ocorre de acordo com seu tempo e o estímulo; o aluno utiliza dos seus conhecimentos prévios. No ambiente escolar ele demonstra facilidade

nas interações. Possui dificuldades no desenvolvimento motor fino, tem uma excelente autoestima e sua sexualidade está a florada. O aluno é afetivo, e em determinados momentos quer ficar sozinho. Tem bom relacionamento, a socialização acontece de acordo com o que lhe interessa, gosta de abraçar e beijar os colegas de sala

No plano de ação, construímos uma rotina de atividades com grafismos utilizando o alfabeto móvel como instrumento de interpretação; revista em quadrinho; colagem de figuras; e a montagem de quebra cabeça; para estimular a coordenação motora, e o raciocínio lógico; durante a intervenção houve o enriquecimento no desenvolvimento oral da criança na forma de se comunicar com o educador e com os educandos.

Foi realizada a construção de combinados e parceria para manter o diálogo com toda a equipe escolar para que se chegar a meios significativos; oferecer meios de aprendizagens onde o aluno consiga alcançar objetivos, envolvendo toda a equipe inserida no contexto educacional. Pensar sempre em estratégias para conduzir o aluno a progredir de forma quantitativa e qualitativa.

Depois que construímos a rotina o aluno conseguiu se envolver nos espaços com mais facilidade, respeitando regras e ouvindo o professor, exemplo: Quando quer ir ao banheiro fala com a professora, consegue ficar dentro da sala e não no corredor, como ocorria quando chegou na escola, esses são os pequenos gestos que fazem a diferença, que nos são valiosos.

O estudo de caso foi um importante elemento educacional, para conhecer e estabelecer estratégias de como trabalhar com a criança deficiente ao fazer a análise de suas potencialidades e dificuldades para construir as intervenções adequadas. Essa análise nos trouxe, enquanto estagiárias pedagógicas, um grande enriquecimento para nossa futura profissão, porque nos possibilitou fazer a relação entre teoria e prática que é essencial para nossa formação e nos instrumentalizou para encarar o desafio da inclusão da criança com deficiência, estimulou-nos a sempre buscar novos conhecimentos.

Considerações finais

O principal objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre o estágio na formação do professor e a educação inclusiva, realizando um percurso histórico da prática do estágio para a construção da identidade docente, refletindo sobre as experiências vivenciadas, na universidade com a teoria adquirida nas aulas, relacionando-as a prática no ambiente escolar.

Aprendemos com os teóricos analisados no que se refere à importância do estágio para a construção da identidade docente, que é durante o estágio que se adquirem essas experiências, dando subsídios para a futura profissão.

O trabalho focalizou o estágio específico na educação especial, realizando uma reflexão sobre o estágio especializado e a importância que essa formação desempenha em atividades que possa incluir de fato a criança deficiente, elaborando mecanismo de estudos para o processo de inclusão.

Pensar que a criança deficiente tem o direito à educação de qualidade, o município de São Paulo como o programa do CEFAP, possibilita um apoio pedagógico para auxiliar o professor titular, realizado pelo estagiário pedagogo, que passa por formação e capacitação mensal. Por meio dessa formação foi possível realizar um estudo de caso, que focalizou o caso específico de um aluno deficiente, levando em consideração seu contexto e suas múltiplas dimensões, para a criação de estratégias de intervenção visando a melhoria do atendimento da criança, de forma humanizada.

O estudo de caso estudo de caso foi de suma importância, contribuindo para realização de estratégias para trabalhar com a criança deficiente, proporcionando as intervenções adequadas, visando o desenvolvimento de suas potencialidades.

O estágio na formação do professor deve permitir vivenciar a realidade escolar, sempre com uma ação reflexiva, com base nas fundamentações teóricas aliadas com a prática. Apoiar a educação inclusiva para atender as crianças com deficiência possibilitando estas sejam inseridas na escola e usufruam de forma digna esse ambiente, sempre estimulando suas potencialidades.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, M. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez.2013. Acesso 24/05.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Orgânica (Decreto-Lei 8530/46) do ensino Normal** de 02 de janeiro de 1946.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior, Resolução nº 13** de 24 de novembro de 2006.

_____. Ministério da Educação, **Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB, Parecer nº35** de 05 de novembro, 2003.

_____. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº 87.497 de 18 de agosto de 1982 que regulamenta Lei de Estágio nº 6494/77**

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692** de 11 de agosto de 1971.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Estágio** lei nº 6494 de 17 de dezembro de 1977.

_____. Ministério da Educação - **Lei de Estágio LEI Nº 11.788** de 25 de setembro de 2008.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, janeiro de 2008.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nº 948** de 2007.

_____. Ministério da Justiça. Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Ministério da Justiça. Decreto N.º 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (Convenção da Guatemala). Brasília, 2001

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2007.

DECLARAÇÃO de Madri 2002, Címeria união Europeia – Americana Latina e Caraíbas. Madri ,17 de maio 2002. www.euro

DECLARAÇÃO de Soporó 2002, **6ª Assembléia Mundial da Disabled Peoples' International** – DPI (organização internacional de Direitos Humanos, que acolhe todos os tipo de deficiência), Japão, aprovada em 18 de outubro de 2002.

GATTI, Bernadete; ROVAI, Angelina. Um estudo sobre os cursos de formação de professores em nível de 2º grau: antigos cursos normais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.20, p.15-37, mar. 1977.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. In: Maria Mantoan M.T.E, Prieto, R.G; Arantes V. A., (orgs.) São Paulo: Summus, 2006.

PIMENTA, S. G. **Formação de Professores: Identidade e saberes da Docência**. In: Pimenta, S. G. (org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTA, S. G e LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência**, Coleção docência em formação. Séries saberes pedagógicos, São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Estágio e docência: diferentes concepções**. REVISTA Poiesis – volume 3, números 3 e 4, PP .5-24, 2005/ 2006. Disponível no link: www.revistas.ufg.br/poiesis/article/download/10542/7012. acesso em 20/05/2017.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura do Município de São Paulo. **Secretaria Municipal de Educação. Decreto n. 33.891**. São Paulo: Diário Oficial do Município, 16 de dezembro de 1993.

_____ (Município). Prefeitura Do Município De São Paulo. **Secretaria Municipal de Educação. PORTARIA 2963/13** - SME DE 15 DE MAIO DE 2013. Organiza o quadro de Auxiliares de Vida Escolar – AVE's e de Estagiários de Pedagogia, em apoio a Educação Inclusiva, especifica suas funções e dá outras providências.

_____ (Município). Prefeitura Do Município De São Paulo. **Secretaria Municipal de Educação. Portaria 5594/11** - SME de 14 de setembro de 2011 - Especifica as competências dos profissionais envolvidos no Projeto Rede, integrante do Programa Incluir, instituído pelo Decreto nº 51.778, de 14/09/10 e dá outras providências.

_____ (Município). Prefeitura Do Município De São Paulo. **Secretaria Municipal de Educação. PORTARIA 5718/04** - SME - Dispõe sobre a regulamentação do Decreto 45.415, de 18/10/04, que estabelece diretrizes para a Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino, e dá outras providências.

_____ (Município). Prefeitura Do Município De São Paulo. **Secretaria Municipal de Educação Decreto n.º 45.415** de 19 de outubro de 2004 estabelece

diretrizes para a Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino.

_____ (Município). Prefeitura Do Município De São Paulo. **Secretaria Municipal de Educação. Decreto nº 51.778**, de 14 de setembro de 2010 Institui a Política de Atendimento de Educação Especial, por meio do Programa Incluir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e formação profissional**. 3º ed. Trad. Francisco Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VIGOTSKI, L.S.A. **Formação da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984. São Paulo: Martins Fontes, 2º. Ed, 1998.